



DA “CIDADE DO CAPITAL” À “REVOLUÇÃO URBANA”: O MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS E A OCUPAÇÃO JOÃO PEDRO TEIXEIRA (SESSÃO TEMÁTICA 10)

Bruno Souto Martins

UFPB | brunosoutomartins@gmail.com

Juliana Demartini

UFPB | juliana.demartini@academico.ufpb.br

Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir contradições da cidade capitalista neoliberal e de como a luta de classes molda o espaço urbano através do estudo de caso da Ocupação João Pedro Teixeira. Por hipótese temos que o direito à cidade e a moradia digna, assim como todas as demandas sociais, só são possíveis superando o modo de produção capitalista. A luta de classes é representada materialmente por meio do espaço da cidade capitalista, onde o que prevalece é o valor de troca em detrimento do valor de uso, criando uma urbe desigual e contraditória. Apresentamos o estudo realizado a partir da Pesquisa-Ação sobre a atuação do pesquisador no Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), agente modelador do espaço urbano da classe trabalhadora. Finalmente, a Ocupação João Pedro Teixeira, localizada no centro histórico de João Pessoa, capital da Paraíba, nesta discussão é considerada como uma “revolução urbana”.

Palavras-chave: capitalismo; direito à cidade; movimentos sociais; ocupação urbana; revolução urbana.

FROM THE “CAPITAL CITY” TO THE “URBAN REVOLUTION”: THE MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIROS, VILAS E FAVELAS (MLB) AND THE JOÃO PEDRO TEIXEIRA OCCUPATION

Abstract: *This article aims to discuss the contradictions of the neoliberal capitalist city and how class struggle shapes urban space through the case study of the João Pedro Teixeira Occupation. We hypothesize that the right to the city and decent housing, as well as all social demands, are only possible by overcoming the capitalist mode of production. The class struggle is materially represented through the space of the capitalist city, where exchange value prevails over use value, creating an unequal and contradictory city. We present the study carried out based on Action Research on the researcher's work in the Movement for Struggle in Neighborhoods, Villages and Favelas (MLB), an agent that shapes the urban space of the working class. Finally, the João Pedro Teixeira Occupation, located in the historic center of João Pessoa, capital of Paraíba, is considered in this discussion as an “urban revolution”.*

Keywords: *capitalism. right to the city. social movements. urban occupation. urban revolution.*

DE “CIUDAD CAPITAL” A “REVOLUCIÓN URBANA”: EL MOVIMIENTO DE LUTA NOS BAIROS, VILAS E FAVELAS Y LA OCUPACIÓN JOÃO PEDRO TEIXEIRA

Resumen: *Este artículo tiene como objetivo discutir las contradicciones de la ciudad capitalista neoliberal y cómo la lucha de clases da forma al espacio urbano a través del estudio de caso de Ocupação João Pedro Teixeira. Por hipótesis, tenemos que el derecho a la ciudad y a una vivienda digna, así como todas las demandas sociales, sólo son posibles superando el modo de producción capitalista. La lucha de clases se representa materialmente a través del espacio de la ciudad capitalista, donde prevalece el valor de cambio en detrimento del valor de uso, generando una ciudad desigual y contradictoria. Presentamos el estudio realizado a partir de la Investigación Acción sobre el papel del investigador en el Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), agente que configura el espacio urbano de la clase trabajadora. Finalmente, la Ocupação João Pedro Teixeira, ubicada en el centro histórico de João Pessoa, capital de Paraíba, en esta discusión es considerada una “revolución urbana”.*

Palabras clave: *capitalismo; derecho a la ciudad; movimientos sociales; ocupación urbana; revolución urbana.*

INTRODUÇÃO

O Brasil tem a quarta posição no quesito desigualdade social entre países da América Latina, ficando à frente apenas dos países Guatemala, Honduras e Colômbia (Maricato, 2015. p. 28). A luta de classes escancara, através da dinâmica morfológica da cidade, o abismo social entre a burguesia (detentora dos meios de produção e do poder político) e a classe trabalhadora (moradores de ocupação, áreas de risco e população de baixa renda), transformando as relações sociais e até mesmo a própria cidade num “negócio financeiro”.

A prática profissional em Arquitetura e Urbanismo tem potencial considerável para colaborar com a implementação de políticas públicas de transformação socioterritorial. De acordo com a Resolução Nº 12.378/2010 do CAU/BR, todo profissional de Arquitetura e Urbanismo deve cumprir com a sua função social, ou seja, atuar com responsabilidade social e política, sendo protagonistas do território onde vivem e trabalham, com consciência de classe e justiça espacial. Neste sentido, profissionais de Arquitetura e Urbanismo podem e devem atuar com políticas inclusivas, com os movimentos sociais, contribuindo para organizá-los a lutar pelos seus direitos constitucionais. Contudo, de modo geral, observa-se que a formação profissional, bem como o exercício em Arquitetura e Urbanismo no Brasil ainda têm priorizado o ensino e prática voltados ao mercado imobiliário, deixando a desejar quanto ao aspecto social e político. Ressalta-se que neste artigo, cujo objetivo principal é discutir contradições da cidade neoliberal, a crítica à produção do espaço urbano permeia o ensino e a prática em Arquitetura e Urbanismo.

É importante mencionar que o pesquisador autor deste artigo é militante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), desde julho de 2022, mantendo uma relação intrínseca com o objeto de estudo e forte orientação político-ideológica, propondo assim, uma discussão com viés contra hegemônico, mais político e menos “academicista”. Deste modo, foi utilizada a pesquisa-ação como principal ferramenta metodológica, estruturada a partir de revisão bibliográfica, levantamento de dados, compreensão da situação e intervenção prática (como o acompanhamento e críticas do projeto oferecido pela prefeitura e auxílio às famílias e ao movimento quanto às normas técnicas e decisões projetuais) no caso de estudo. Optou-se por esta metodologia porque:

A pesquisa-ação [...] é produto das mesmas forças que colocaram o povo em insurreição nas ruas, buscando formas alternativas de saída da opressão e levaram a ciência a questionar o saber dominante e o paradigma positivista da neutralidade científica. É um estilo de pesquisa que se desenvolveu mais na prática militante do que na prática acadêmica (Sawaia, 1989, p. 60)

Ressalta-se que a pesquisa-ação tem um caráter mais político do que academicista, trazendo o relato do pesquisador como ferramenta prática através de uma:

[...] abordagem qualitativa, [...] a Pesquisa-ação se configura como uma opção metodológica capaz de compreender a dinâmica de um problema, de um processo, considerando a realidade concreta e os aspectos presentes no movimento. Um movimento onde as práticas, as situações reais e as interpretações serão consideradas para a proposição de novas ideias e possíveis

intervenções. [...] É uma investigação prática que evidencia seus esforços, análises e reflexões na possível solução ou proposição de intervenção ao problema levantado [...] (Silva, Oliveira e Ataídes, 2021).

A pesquisa-ação é então uma articulação teoria-prática e propõe uma situação dialética pois da mesma forma que o pesquisador atua sobre o objeto de estudo também é influenciado e, de certa forma, “alterado” socialmente, politicamente e até urbanisticamente. Sawaia chama de “vertente social militante” pois tem uma perspectiva de transformação social na sua atuação (Sawaia, 1989, p. 62).

Para a compreensão/fundamentação teórica foi realizada uma análise bibliográfica dos textos dos principais autores sobre o tema: Friedrich Engels, Henri Lefebvre, David Harvey, Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, entre outros.

Em relação à discussão sobre o MLB foram realizadas visitas técnicas para compreensão das atividades desenvolvidas como fechamento de vias para atrair a atenção da sociedade para a causa, plenárias, panfletagens, levantamento fotográfico e medições.

Deste modo, o trabalho foi desenvolvido durante um ano, permeando temas como direito à moradia, direito à cidade e justiça socioespacial na cidade neoliberal e tendo como objeto de estudo a Ocupação João Pedro Teixeira, com foco para a disputa pelo direito à moradia digna e reforma urbana e a atuação do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. Considera-se este objeto de estudo como um exemplo do que Raquel Rolnik define como “guerra dos lugares”.

Devido ao curto período de tempo de desenvolvimento do estudo, as entrevistas foram realizadas apenas com pessoas chave e o critério foi escolher lideranças do movimento, moradores que se tornaram coordenadores, famílias numerosas e unipessoais, por isso o caráter desta atividade metodológica é qualitativo, de todo modo, colaborando para a compreensão de questões referentes ao MLB e à Ocupação João Pedro Teixeira.

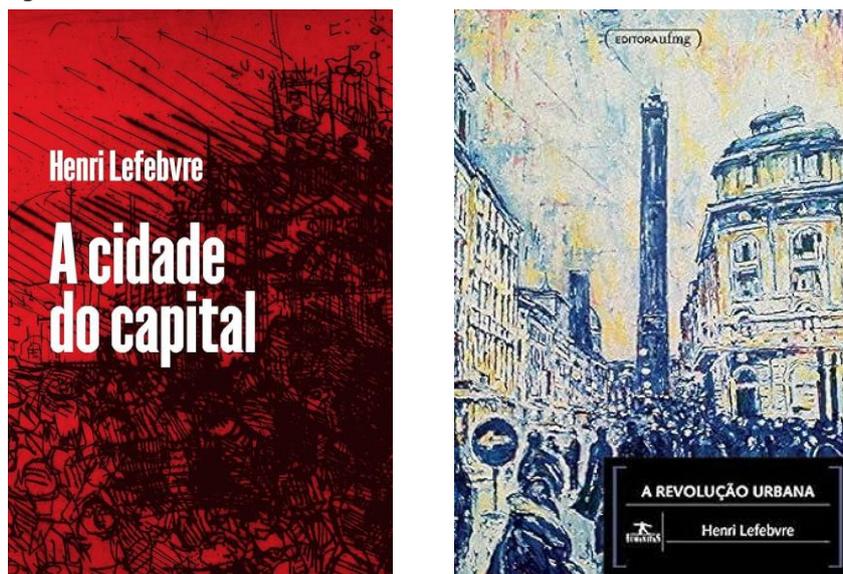
A delimitação temporal foi definida a partir do ano de fundação do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, em 1999, época da ascensão do Neoliberalismo como ideologia até a contemporaneidade, e toma como recorte geográfico o centro da cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, onde está localizado nosso objeto de estudo, a Ocupação João Pedro Teixeira.

Assim, espera-se contribuir com a classe trabalhadora, no sentido de que este trabalho possa servir como uma das ferramentas práticas no campo da luta política-ideológica, compreendendo que só a organização consciente da população pode trazer a resolução dos problemas que não são materiais, pois temos mais moradias que famílias sem-teto.

ABRINDO O CAMPO DE ANÁLISE DA IDEOLOGIA URBANA

Sobre o título do trabalho, faz-se uma reflexão fundamentada em duas obras de Henri Lefebvre (Figuras 1a e 1b), “A cidade do capital”, que relaciona o fenômeno urbano às obras marxistas, principalmente com o “O capital” de Karl Marx, enquanto o segundo livro, “A Revolução urbana”, apresenta uma alternativa para solucionar a crise urbana gerada na cidade capitalista. As duas obras, sinteticamente, representam razões para desigualdade da cidade e qual a saída para essa situação.

Figuras 1a e 1b: Obras de Henri Lefebvre



“A cidade do capital” e “A revolução urbana”.
Fonte: Editoras Lamparina e UFMG, respectivamente.

Henri Lefebvre viveu em outra época (século XX) e no contexto europeu, portanto, o presente trabalho tem o desafio de trazer o pensamento do filósofo francês para a realidade e atualidade de um país da periferia do capitalismo no contexto neoliberal, onde a desigualdade social é mais evidente, refletindo numa cidade ainda mais caótica.

Este artigo, que é desdobramento de uma pesquisa-ação sobre uma ocupação, apresenta como o MLB tem atuado na disputa territorial travada no espaço urbano capitalista ao planejar, executar e administrar ocupações urbanas. Pretende-se então mostrar os impactos sociais, mas também espaciais, provocados pelo modo de produção capitalista e de como a luta de classes molda a cidade.

Como “luta de classes” segue o contexto escrito por Karl Marx no Manifesto do Partido Comunista:

A história de toda a sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classes. [...] Toda a sociedade está dividida, cada vez mais, em dois grandes grupos hostis, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado (Marx, 2015. p. 63).

O que Marx escreveu na primeira metade do século XIX pode ser verificado ainda nos dias de hoje e a desigualdade social impressiona pelos números. A acumulação de capital está mais

concentrada do que nunca, o “1% mais rico detém 45,6% da riqueza global, enquanto a metade mais pobre do mundo tem apenas 0,75%.” (OXFAM, 2023).

Adota-se como ponto de partida a realidade material da cidade neoliberal, marcada pela desigualdade social onde os pobres são segregados da cidade enquanto o rico se encastela, ou se autossegrega, em condomínios privados. Portanto, é necessária a compreensão de temas como sistema de produção capitalista, fenômenos de industrialização e urbanização, crises urbanas e “revolução urbana”.

A partir de Roberto Lobato Corrêa (1989) são discutidos os agentes modeladores do espaço urbano no contexto da realidade atual enfatizando que apenas os movimentos sociais são agentes modeladores do espaço urbano da classe trabalhadora. Por sua vez a classe dominante molda a cidade através da força dos capitais, como escreve Maricato:

Os capitais, em cada momento histórico, buscam moldar a cidade aos seus interesses, ou melhor, aos interesses de um conjunto articulado de diferentes forças que podem compor uma aliança. Mas esse modelo de paisagem, ou ambiente construído, não resulta sem contradições (Maricato, 2015, p. 18).

Estas contradições são irreconciliáveis e se dão devido ao interesse divergente entre as classes sociais; enquanto a classe trabalhadora quer o seu valor de uso, ou seja, utilizar o solo para moradia familiar, a classe burguesa busca o valor de troca, como utilizá-lo para especulação imobiliária, renda de alugueis, giro de capital entre outros negócios financeiros. Portanto, cientificamente, o modo de produção capitalista está intrinsecamente relacionado às crises sociais, ou seja:

Enquanto existir o modo de produção capitalista, será loucura querer resolver isoladamente a questão da moradia ou de qualquer outra questão social que afete o destino dos trabalhadores. A solução está antes na abolição do modo de produção capitalista, na apropriação de todos os meios de vida e trabalho pela própria classe trabalhadora (Engels, 2015, p. 108).

CAPITALISMO E URBANIZAÇÃO

O capitalismo é um modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção. Este sistema apresenta fundamentos “fisiológicos” que revelam contradições irreconciliáveis, como mostra o geógrafo britânico David Harvey em sua obra “17 contradições e o fim do capitalismo” (2016). Destacamos três dessas, que são a contradição entre valor de uso e valor de troca, entre o capital e trabalho e a relação capital com a natureza.

É preciso deixar claro que essas contradições, que provocam graves crises e traumas, são baseadas em fundamentos do capitalismo e não uma questão subjetiva ou ideológica. “Marx concluiu que o capitalismo tende, ativamente, a produzir algumas barreiras para seu próprio desenvolvimento. Isso significa que as crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação” (Harvey, 2005, p. 43).

Um dos principais fenômenos inerentes ao sistema de produção é as suas crises de reprodução, a realização e acumulação baseados no fluxo de capital que não pode ser bloqueado sem causar um grande impacto social. Para tanto, Harvey cita as seis principais barreiras potenciais que causam danos ao fluxo de capital:

i) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; iv) tecnologias e formas organizacionais inadequadas; v) resistência ou ineficiência no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado.[...] Um bloqueio em qualquer um desses pontos interrompe a continuidade do fluxo de capital e, se prolongado, acaba produzindo uma crise de desvalorização (Harvey, 2011, p. 46-47).

A história do capitalismo comprova que as crises são inerentes e inevitáveis ao sistema de produção, com vários exemplos de crises profundas de superacumulação, às vezes com impactos globais, como nos anos 1848, 1929, 1973 e 2008. Os efeitos da crise de 2008 são observados até hoje (2024).

Os excedentes de capital encontram na cidade um campo fértil para manter o seu fluxo. “A vasta infraestrutura que constitui o ambiente construído é um pressuposto material necessário para a produção capitalista, a circulação e a acumulação avançarem” (Harvey, 2011, p.76). Utilizando da “destruição criativa”, a classe dominante mantém o sistema e suas contradições absorvendo esse capital excedente.

A cidade é o palco onde a estrutura social, formada por forças produtivas, meios de produção e superestrutura, se materializam. A paisagem urbana é modelada através da luta de classes, e consequentemente, com predomínio de uma delas. No sistema capitalista, a classe burguesa detém o domínio de classe a partir do aparelhamento estatal e da propriedade privada dos meios de produção.

A propriedade privada existe devido ao uso da violência da classe dominante para manter a acumulação e concentração de capital, mantendo o status quo. Para reverter a situação de crise da sociedade é necessário uma revolução urbana, que segundo o conceito de Lefebvre, é:

[...] por “revolução urbana”, designaremos o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano (Lefebvre, 2019, p.21).

NEOLIBERALISMO COMO CONTEXTO HISTÓRICO E IDEOLÓGICO

Um sistema de produção tão desigual não seria possível sem uma ideologia de classe que mantenha a massa trabalhadora “alienada” em relação à raiz dos problemas sociais que enfrentam. Esta ideologia é utilizada por amplo espectro do sistema político, utilizado pela

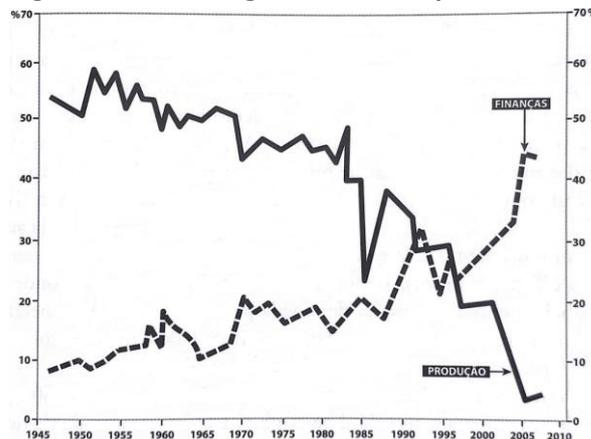
direita, por exemplo, com a privatização do estado e está presente, também, na “esquerda” social-democrata como o caso da política “déficit zero” criada pelo Ministro da Economia do governo federal, membro do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad em 2023. Recorremos a Harvey para conceituar esta ideologia:

[O neoliberalismo] se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que ele está morto (Harvey, 2011, p. 16, grifo nosso).

Mark Fisher mostra como essa ideologia está entranhada no sentimento da sociedade atual, de forma que até considera-se o capitalismo como um “mal necessário” mas não vislumbra um modo de viver diferente, apresenta, também, a passagem do modelo de produção fordista para o toyotismo no dia 06/10/79 com o aumento da taxa de juros em 20 % pelo FED, um marco neoliberal (FISHER, 2020).

Uma característica marcante no neoliberalismo é a financeirização da economia, ou seja, é mais rentável para o investidor especular no mercado de capital do que na produção industrial como mostra a Figura 2. A imagem a seguir apresenta a origem dos lucros corporativos antes do neoliberalismo era predominantemente da produção, porém, a partir de meados da década de 1990, a financeirização ganha protagonismo.

Figura 2: Gráfico da origem dos lucros corporativos nos EUA, 1950-2004



Financeirização da economia
Fonte: Harvey, 2011, p.27.

O sistema capitalista tem capacidade de adaptação no decorrer da história. Primeiramente tem-se o capitalismo mercantil ou comercial que “evoluiu” para o capitalismo industrial, e agora tem-se o capitalismo financeiro. Do ponto de vista da organização da produção é observado a transição do fordismo para o toyotismo e com isso:

Trabalho e vida tornam-se inseparáveis. O capital te acompanha até nos sonhos. O tempo para de ser linear, torna-se caótico, fragmentado em divisões puntiformes. Na medida em que a

produção e a distribuição são reestruturadas, também é reestruturado o sistema nervoso. Para funcionar com eficiência como um componente do modo de produção just-in-time (por demanda), é necessário desenvolver uma capacidade de responder a eventos imprevisíveis, é preciso aprender a viver em condições de total instabilidade, de “precariedade”, para usar um neologismo horroroso. Períodos de trabalho alternam-se com dias de desemprego. De repente, você se vê preso em uma série de empregos de curto prazo, impossibilitado de projetar o futuro (Fisher, 2020, p. 62-63).

Não é coincidência que os problemas psiquiátricos só aumentem com o tempo, eles são, na verdade, frutos do sistema de produção capitalista. No fordismo os problemas estavam relacionados ao tédio, ou seja, de ter a certeza que vai realizar o mesmo serviço até a aposentadoria. Já no toyotismo o maior problema é a ansiedade, com a precarização da relação de trabalho e a incerteza quanto à empregabilidade no curto espaço de tempo (Fisher, 2020).

Mark Fisher, em “Realismo capitalista”, e David Harvey, em “O enigma do capital: e as crises do capitalismo” sintetizam esse sentimento arraigado na sociedade neoliberal, que é mostrado em filmes apocalípticos, no qual parece mais palpável o “fim do mundo” do que a superação do capitalismo. “Não podemos, ao que parece, viver sem o capitalismo apesar de reclamarmos dele” (Harvey, 2011, p. 54) ou “como a crença de que não há alternativa ao capitalismo” (Fisher, 2020, p. 143).

QUEM MODELA O ESPAÇO URBANO?

Roberto Lobato Corrêa, em sua obra “O espaço urbano”, lista os cinco agentes modeladores do espaço urbano: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e) os grupos sociais excluídos. Corrêa deixa claro que o ambiente jurídico não é neutro e que tende à classe dominante e que os três primeiros agentes agem conjuntamente a partir de grandes conglomerados financeiros (Corrêa, 1989).

Já a atuação do Estado, agente modelador do espaço urbano que, em tese, deveria ser um ente mediador entre as classes, é, na verdade, apenas um balcão de negócios da classe dominante, ao ser influenciado por lobbies, capital financeiro e eleitoral dos governantes. Tomador de decisões que têm interesses de classes (investimento em transporte coletivos ou nos corredores automotivos?).

No capitalismo a classe dominante não precisa participar do Estado de maneira direta, apesar de acontecer diversas vezes como, por exemplo, o industrial José de Alencar eleito vice-presidente do Brasil de 2003 a 2010. A classe dominante atua através do poder financeiro patrocinando grupos políticos que são eleitos. Essa é uma característica da democracia burguesa na gestão dos interesses da classe dominante que traz uma falsa impressão de estar numa “democracia representativa”.

Os arquitetos e urbanistas estão incluídos no grupo que Corrêa chama de promotores imobiliários, juntamente com toda a estrutura burocrática, técnica, jurídica, financeira, entre outros. Por fazer parte desta engrenagem capitalista, os promotores imobiliários atendem, e são pagos, pela classe burguesa. Esse detalhe traz uma ameaça e uma potencialidade, pois ao mesmo tempo que sofre com a opressão de atender o que a classe dominante exige, também tem acesso à classe trabalhadora no canteiro de obras, por exemplo, onde o arquiteto pode e deve cumprir sua função social de elevar a consciência do proletariado.

POR QUE EXISTE FALTA DE MORADIA?

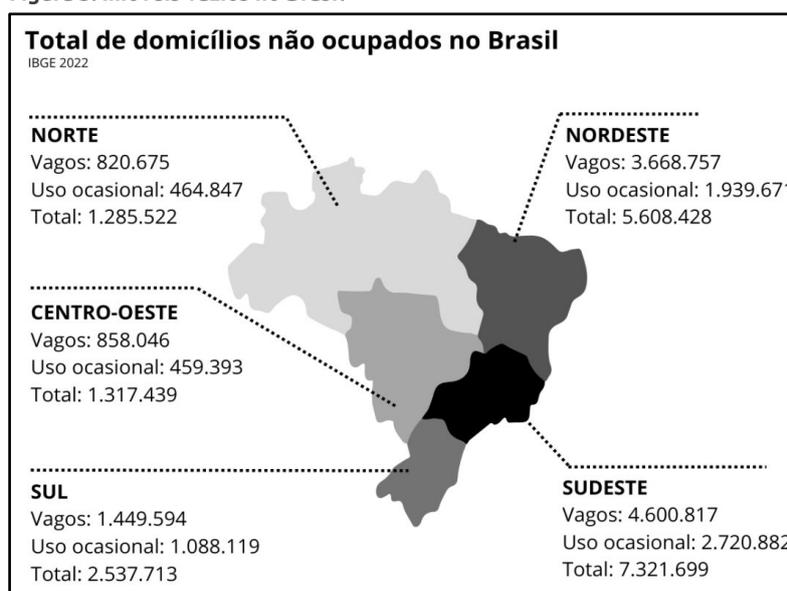
“Numa sociedade desse tipo, a escassez de moradia não é um acaso; é uma instituição necessária, que só pode ser eliminada [...] quando a ordem social da qual ela se origina for revolucionada desde a sua base” (Engels, 2015, p. 71). Friedrich Engels na sua obra “Sobre a questão da moradia”, escrita no século XIX, já denunciava que o déficit habitacional era inerente ao modo de produção capitalista.

Engels rebateu as postulações de Proudhon, filósofo francês que afirmava que a solução para a questão da moradia era fazer com que cada família se tornasse proprietária de sua casa, seja por pagamento via aluguel durante determinado período ou de construção via Estado. Engels foi preciso e mostrou que numa sociedade onde a casa é uma mercadoria a contradição entre valor de uso e valor de troca resultaria numa impossibilidade do trabalhador pobre manter sua propriedade. “O capital - isso está definitivamente constatado - não quer eliminar a escassez de moradia, mesmo que possa. Restam apenas dois recursos: a ajuda mútua dos trabalhadores e o auxílio do Estado” (Engels, 2015, p. 90).

Trazendo para a nossa realidade, de acordo com os dados da Fundação João Pinheiro (FJP), em 2019 o déficit habitacional do Estado da Paraíba era de 132.383 e da região metropolitana de João Pessoa de 46.937 (FJP, 2019).

Temos, também, os dados do IBGE (2022) que mostram que existem 11,4 milhões de imóveis vazios no país (Figura 3), enquanto 5,9 milhões de famílias não têm onde morar. São contabilizados no déficit habitacional as famílias que não possuem moradia, as que têm moradias precárias, as que gastam mais de 30% da renda familiar com o aluguel e as que moram em coabitação com outras famílias. “Uma coisa é certa, porém: já existem conjuntos habitacionais suficientes nas metrópoles para remediar de imediato, por meio de sua utilização racional, toda a real “escassez de moradia” (Engels, 2015, p. 56).

Figura 3: Imóveis vazios no Brasil



Distribuição do déficit habitacional
Fonte: Jornal A Verdade, agosto de 2023.

Portanto o problema da falta de moradia não é uma questão material e sim política, uma vez que existem mais moradias vazias do que famílias sem-tetos. Os dados e a ciência confirmam agora, em pleno século XXI!, esta relação que Lefebvre afirmou no século XX utilizando o suporte teórico de Engels, que viveu no século XIX:

Uma sociedade não pode existir sem crise da habitação, quando a grande massa de trabalhadores só dispõe exclusivamente de seu salário, quando crises industriais violentas e cíclicas determinam, de um lado, a existência de um grande exército de reserva de desempregados e, de outro lado, jogam momentaneamente na rua a grande massa de trabalhadores; quando estes são empilhados nas grandes cidades, e isto num ritmo mais rápido que a construção de habitações nas condições atuais; quando, enfim, o proprietário de uma casa, na qualidade de capitalista, tem não somente o direito, mas em certa medida o dever de extrair de sua casa, sem escrúpulos, os alugueis mais elevados. Numa tal sociedade, a crise de habitação não é um acaso, mas uma instituição [...] (Engels *apud* Lefebvre, 2021, p. 77).

É idealismo acreditar que a resolução do problema habitacional, incluindo o direito à cidade, seja possível no modo de produção capitalista. Só com um modo de organizar as necessidades da população com base no valor de uso, ou seja no socialismo, é possível resolver esta contradição vil que o capitalismo proporciona ao manter imóveis vazios que resolveriam o problema do déficit habitacional, com sobra, agora!

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIROS, VILAS E FAVELAS (MLB)

HISTÓRIA E LINHA POLÍTICA

O MLB foi fundado em 1999, portanto completa 1/4 de século neste ano de 2024, “[...] é um movimento popular que organiza famílias pobres para lutar pelo direito à moradia digna, pela

reforma urbana, pelo poder popular e pelo socialismo” (MLB, sem data, p. 4). A união entre a tarefa prática e a linha teórica determina a atuação do movimento sobre a base da população.

A linha política ideológica do movimento é o marxismo-leninismo, ideologia e método inspirado na teoria de Karl Marx com as contribuições de Vladímir Lênin e que segue a Sociologia Científica ao invés da Sociologia Utópica. Desenvolve as atividades a partir da organização com direção coletiva, centralismo democrático e com foco na contribuição da construção do socialismo através da luta das massas pela moradia digna e reforma urbana.

Ao utilizar o materialismo histórico dialético, o MLB se afasta do positivismo, ideologia que acredita que com o progresso da sociedade os problemas da humanidade seriam superados com o desenvolvimento científico. Hoje a ciência mostra que a ideologia positivista serve como ferramenta na luta ideológica ao fazer o trabalhador acreditar que, com o desenvolvimento e o progressismo, a sua vez de obter os direitos mais básicos vai chegar, escondendo a verdadeira raiz do problema que é a propriedade privada dos meios de produção. Trazendo para a cidade o MLB combate o positivismo urbanístico (Lefebvre, 2019, p. 79).

O MLB, através da coordenação nacional, apresenta as características principais da reforma urbana: a) democratizar a propriedade de terra e acabar com a especulação fundiária e imobiliária; b) mudar a forma de produzir moradia popular; c) a propriedade social da moradia; d) o controle dos preços dos alugueis.

Para o MLB a formação do cidadão se dá pela prática cotidiana e a ocupação é o caminho da verdadeira reforma urbana pois garante o local de moradia digna como direito básico da população, que sem endereço não tem acesso a muitos serviços e oportunidades importantes. “Ocupar é um ato de rebeldia, de confronto com a ordem estabelecida, de questionamento à “sagrada” propriedade privada capitalista” (MLB, 2019, p. 20).

Nas suas propostas fica claro que, para o MLB, os problemas sociais enfrentados pela classe trabalhadora são devido ao sistema capitalista e que só com o trabalho em busca da reforma urbana e direito à moradia conectado com a busca do socialismo é possível uma resolução concreta e duradoura destes problemas. Para isso é necessário a elevação da consciência da massa popular, a qual é incentivada pelo MLB ao realizar leitura e estudos em todas as suas reuniões.

ATUAÇÃO DO MLB PELA REFORMA URBANA

As principais atividades do MLB em João Pessoa no âmbito da reforma urbana, com destaque para o caráter político, foram travadas no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável e no Plano Diretor.

Firmado em 2014 a Prefeitura de João Pessoa celebrou um contrato de U\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares) com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) com contrapartida de mesmo valor dos cofres municipais, para a execução do João Pessoa

Sustentável (JPS), programa com “o objetivo de promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental da cidade”, através de um parque linear na bacia do Rio Jaguaribe. (PMJP - JPS).

Arantes aborda como o Banco mundial e o BID agem:

Na dissertação que realizei pela FAUUSP, constatei que os empréstimos do Banco Mundial e do BID – que aparecem aos gestores públicos como “tábuas de salvação” em tempos de crise –, não são “neutros” e carregam consigo uma agenda afirmativa: pretendem modelar um determinado padrão de uso do recurso público e de organização do Estado (Arantes, 2006).

O Programa João Pessoa Sustentável é mais um exemplo de “renovação urbana” em que o que parece um programa que só traria benefícios na verdade escondia prejuízos graves, mais de 900 famílias terão suas casas demolidas, de 8 comunidades da região do médio Jaguaribe (São Rafael, Padre Hildon Bandeira, Tito Silva, Santa Clara, Cafofo Liberdade, Brasília de Palha, Miramar e Vila Tambauzinho). Estas famílias se uniram por uma luta comum e criaram o grupo “S.O.S. 8 Comunidades” com o objetivo de organizar a luta política.

O pesquisador participou, desde o seu ingresso no MLB, em julho de 2022, no combate ao Programa João Pessoa Sustentável nos termos que a prefeitura apresentou. A Figura 4a mostra o prefeito, apresentando, simbolicamente, no Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa (SINDUSCON), sindicato patronal das construtoras, o “João Pessoa Sustentável”, enquanto o pesquisador, Figura 4b, realiza a luta política na Comunidade São Rafael, exigindo a revisão e chamamento das famílias atingidas a participarem dos espaços de decisões sobre o projeto.

Figuras 4a e 4b: Prefeito de João Pessoa e pesquisador



Prefeito Cícero Lucena no SINDUSCON e o pesquisador na Comunidade São Rafael
Fonte: creci-pb.gov.br e acervo MLB-PB.

A pesquisa-ação é colocada em prática visitando as oito comunidades atingidas, realizando panfletagem que informava detalhes do Programa, e principalmente as ameaças, como por exemplo o risco de ser remanejado para condomínios habitacionais da periferia da cidade. Após a panfletagem, o MLB realizava uma assembleia (Figuras 5 [a e b]) e 6 [a e b]), com as famílias e traçaram, conjuntamente, estratégias de atuação.

Figuras 5a e 5b: Plenárias nos bairros



Atividade organizada pelo MLB e famílias
Fonte: O autor

Figuras 6a e 6b: Plenárias nas comunidades Padre Hildon Bandeira e Santa Clara



Assembleias organizadas pelo MLB e famílias
Fonte: O autor

Inicialmente tentou-se o caminho institucional com solicitações à Defensoria Pública e Ministério Público, porém sem resultados concretos. Com o decorrer dos dias o grupo S.O.S. 8 Comunidades decidiu, coletivamente, tomar uma atitude mais efetiva. A tarefa foi fechar a Avenida Pedro II, Figuras 7 (a e b), importante eixo viário da capital, forçando a prefeitura a negociar com os moradores atingidos em reunião na sede da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Figuras 8 (a e b). Nesses momentos é visível o esforço, a garra, a força de vontade e a organização da classe trabalhadora para fazer valer o “direito à cidade”.

Figuras 7a e 7b: Manifestação organizada pelo MLB



Fechamento da Avenida Pedro II
Fonte: Acervo MLB-PB

Figuras 8a e 8b: Audiência na Prefeitura Municipal de João Pessoa



Reunião entre as famílias e prefeitura.

Fonte: Acervo MLB-PB

A prática mostra a cada cidadão que sem luta ele não consegue valer os direitos “garantidos” pela constituição, ele toma consciência de que o problema não é individual, como o sistema neoliberal tenta empurrar como verdadeiro, e sim coletivo e estrutural, ele começa a entender que a “renovação urbana”, ou qualquer outro investimento do capital no espaço urbano, traz uma valorização do solo, aumento dos preços dos alugueis e, finalmente, a gentrificação. O cidadão compreende que precisa agir, lutar.

TRABALHO DO MLB PARA CONSTRUIR OCUPAÇÕES

Confessa-se que a solução burguesa da questão da habitação fracassou; [...] E ei-nos no coração da questão; ela não poderá ser resolvida a não ser que a sociedade seja profundamente transformada, para que possa enfrentar a supressão dessa oposição, hoje levada ao extremo na sociedade capitalista (Engels *apud* Lefebvre, 2021, p. 76).

O MLB de João Pessoa vem atualmente construindo ocupações na sua luta diária pela construção da “revolução urbana”. Atuando nas comunidades da Citex, Tieta, Bairro das Indústrias, Cruz das Armas e Centro, ou seja, nos mesmos locais de origem da consolidada Ocupação João Pedro Teixeira, a qual será apresentada na próxima seção do trabalho.

O trabalho do MLB iniciou-se com uma panfletagem na comunidade, questionando a situação de moradia das famílias, explicando, por exemplo, que coabitação e gastar mais de 30% da renda familiar em aluguel são exemplos de déficit habitacional. Nesse momento foi muito importante a presença de um morador da Ocupação João Pedro Teixeira para respaldar a noção de que na luta coletiva se consegue os direitos que são negados pela sociedade.

O objetivo da panfletagem (Figuras 9 a e b), sempre é de provocar um salto de consciência que, somada às dificuldades econômicas da população, os impulsionam a participar da luta. No mesmo dia da panfletagem é realizada uma assembleia para a consolidação do “poder popular”, uma vez que são as próprias famílias que executam uma ocupação, o MLB ajuda na organização e caminha lado a lado com as mulheres e homens que querem fazer valer o “direito à cidade”.

Figuras 9a e 9b: Atividade na Comunidade Citex



Panfletagem de conscientização

Fonte: Acervo MLB-PB

Figuras 10a e 10b: Cadastro das famílias junto ao MLB



Detalhe da maioria de mulheres na luta

Fonte: Acervo MLB

É marcante a presença feminina na luta pela moradia digna, tanto como chefes de famílias, quanto nos quadros de liderança das ocupações e do próprio MLB. Outra observação é que vem aumentando consideravelmente a quantidade de idosas e idosos que, ao invés de terem a garantia da aposentadoria e direitos básicos, têm que brigar pelo direito à moradia digna. Quando a comunidade tem estrutura de apoio, como no caso da Comunidade Citex, que tem a ajuda da sede do Centro Comunitário Bom José, as reuniões são realizadas em auditório ou sala, Figura 10, mas, em locais sem associações, as assembleias são realizadas nas ruas e becos das comunidades, como no caso do bairro de Cruz das Armas, Figuras 11 a e b.

Figuras 11a e 11b: Atividade no bairro de Cruz das Armas



Assembleia e formação dos moradores

Fonte: Acervo MLB-PB



A cada reunião o número de famílias confiantes no trabalho do MLB aumenta, criando as condições favoráveis para a realização de uma nova ocupação. Para manter as famílias coesas e focadas, o MLB, a nível nacional, estabelece atos para aumentar a visibilidade da luta pela moradia, adicionando a luta por alimentação. Em dezembro de 2023 o MLB indicou a multinacional francesa de Supermercado Carrefour para realizar o ato denominado "Natal sem fome do MLB" denunciando a carestia, a quantidade de alimentos desperdiçados e, reforçando, que a multinacional colabora com o exército de Israel no genocídio contra os palestinos.

O ato "Natal sem fome do MLB" (Figuras 12 a e b), que acontece anualmente, foi um exemplo de organização, deflagrando um ato em vários estados do país, portanto as negociações foram realizadas de forma centralizada nacionalmente e mostrou o poder social que a massa da população tem quando age unificadamente.

Figuras 12a e 12b: Cadastro das famílias junto ao MLB



Detalhe da maioria de mulheres na luta

Fonte: Acervo MLB



O resultado foi que para a cidade de João Pessoa a solicitação era de 1 cesta básica por família, saindo do ato com 2 cestas básicas prometidas, sendo uma para antes do natal e outra para o mês de janeiro. Porém, as negociações avançaram e a multinacional se comprometeu a doar

uma cesta básica por mês para cada família cadastrada no MLB durante o ano de 2024 (Figuras 13 a e b).

Figuras 13a e 13b: Atividade na Ocupação Marielle Franco



Entrega das cestas básicas
Fonte: Acervo MLB

Já em março de 2024 foi realizado o ato “Mulheres do MLB contra a fome” em alusão ao dia internacional das mulheres trabalhadoras realizado pelas famílias organizadas no MLB, também de abrangência nacional. Dessa vez a denúncia era sobre a carestia e dignidade menstrual a ser realizada em alguma instituição do poder público. Em João Pessoa, o local escolhido pela coordenação do MLB foi a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES), Figura 14 a, e a solicitação das famílias foi de cestas básicas e kits de higiene menstrual. O resultado também foi maior que o esperado, com as famílias recebendo a garantia que além do pedido inicial seriam inscritas no Programa Pão e Leite da prefeitura, banco de alimentos e o início das conversas para a implantação de cozinhas solidárias, em cada uma das comunidades onde o MLB atua.

A Figura 14b é simbólica ao mostrar o coordenador do MLB de frente com a Secretária de Desenvolvimento Social da PMJP, na luta política pelos direitos da classe trabalhadora. Já na Figura 14c tem-se o registro do firmamento de compromisso da prefeitura em atender as demandas das famílias.

Figuras 14a, 14b e 14c: Atividade na Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES)



Manifestação e acordo com a SEDES-JP
Fonte: Acervo MLB

Em 2023 o MLB foi procurado por um grupo de famílias já organizadas na ocupação denominada Mariele Franco, no Bairro das Indústrias, que homenageia a vereadora fluminense brutalmente assassinada pela milícia do Rio de Janeiro. Inicialmente o assunto foi discutido internamente pois o terreno que as companheiras e os companheiros ocupam era anteriormente ocupado pelo próprio MLB através da Ocupação Nelson Mandela.

Como o MLB entrou em acordo com a prefeitura e os moradores da Ocupação Nelson Mandela conquistaram sua moradia, havia um debate interno sobre a postura do MLB em retornar ao território já negociado com a prefeitura. O argumento favorável à continuidade do apoio às famílias era que a Prefeitura tinha se comprometido a fazer uma praça no terreno, o que ela não executou, e que as famílias da Ocupação Mariele Franco agiram de forma independente e que, assim, o MLB não poderia fugir de sua responsabilidade em ajudar estruturalmente e ideologicamente os moradores. Desde então o MLB tem atuado na ocupação, Figuras 15 a e b, e as famílias vêm participando de todas as atividades organizadas pelo movimento.

Figuras 15a e 15b: Atividade na Ocupação Marielle Franco



Vistoria do MLB na Ocupação Marielle Franco
Fonte: Acervo MLB

O pesquisador, militando pelo MLB, foi convocado a participar da fundação de duas ocupações urbanas na cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco. A primeira foi em dezembro de 2022, no Bairro de Santo Antônio, no antigo prédio do Hotel Nassau, denominada Ocupação Menino Miguel, em homenagem ao filho de Mirtes Fernandes, que trabalhava como empregada doméstica na casa de Sarí Corte Real, responsabilizada pela morte da criança.

Figuras 16a e 16b: Ocupação Menino Miguel



Primeira assembleia e pesquisador em frente da ocupação
Fonte: Acervo MLB

A segunda ocupação a qual o pesquisador participou, junto com outros membros do MLB/PB, em março de 2024, foi de um lote abandonado que pertence à Universidade Federal de Pernambuco, o que o diferenciava muito da primeira experiência por se tratar de uma ocupação de terreno com barracas de lona. O nome escolhido foi Ocupação Ranússia Alves em homenagem à estudante de enfermagem da UFPE assassinada em 1973 pela ditadura empresarial-militar.

Figuras 17a e 17b: Ocupação Ranúsia Alves



Coordenação do MLB-PB apoiando a Ocupação Ranúsia Alves
Fonte: Acervo MLB

A atuação do pesquisador como militante do MLB ensinou, na prática, como o único agente modelador do espaço urbano da classe trabalhadora (Corrêa, 1989) age em busca do direito à moradia e à cidade. A palavra transformadora é “política” e não é à toa que o capitalismo, através da superestrutura ideológica, tenta despolitizar a população. Hoje, no período neoliberal, mais que nunca esta palavra gera tanta repulsa no imaginário das massas. Descontente com a classe política social-democrata, e de certa forma enganada com promessas não cumpridas, que falhou na tentativa de conciliação de classes, muitos eleitores foram induzidos a desistir dos seus direitos constitucionais.

OCUPAÇÃO JOÃO PEDRO TEIXEIRA

Figura 19: Fachada da ocupação



Fachada oeste
Fonte: Acervo MLB

A **[Ocupação]** João Pedro Teixeira representa um sonho concreto, a conquista concreta de um direito que deveria ser básico e fundamental, irrestrito para as pessoas, mas que, dentro desse atual sistema, ele é um privilégio. Então, a ocupação João Pedro Teixeira é a materialização de algo que nós almejamos dentro de uma sociedade futura, onde a moradia não seja uma mercadoria, e sim um direito amplo e universal (coordenador “A” do MLB, em entrevista, 2024, grifo nosso).

LOCALIZAÇÃO

A Ocupação está localizada no centro tradicional da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. A cidade foi uma das primeiras do Brasil e foi fundada, em 1585, com o nome de Cidade Real de Nossa Senhora das Neves, já com status de cidade pela coroa portuguesa, pois o objetivo era expulsar as comunidades indígenas que existiam na região e praticavam atividades comerciais com franceses e holandeses.

A Figura 20 apresenta uma imagem de satélite com a grande João Pessoa e, em amarelo, a área do Centro de João Pessoa que é vista numa escala mais aproximada na Figura 21.

Figura 20: Cidade de João Pessoa



Em amarelo o centro tradicional

Fonte: Imagem de satélite do Google Earth alterado pelo autor - 2024.

Aproximando o campo de visão para o centro de João Pessoa, Figura 21, percebe-se que, com o tipo de ocupação portuguesa, a cidade se desenvolveu, a princípio, nas chamadas cidades baixa e alta. A cidade baixa era formada pelo porto do Capim e pequenas instalações como armazém e estaleiro. Já a cidade alta compreendia a Rua Direita, atual Avenida Duque de Caxias, e Rua Nova, atual Avenida General Osório. Logo, a paisagem onde se localiza a Ocupação remonta ao tempo da fundação da cidade. E os moradores entendem que continuam fazendo história, pois se trata de um território de ocupação histórica.

Figura 21: Parte do centro tradicional de João Pessoa



Em destaque amarelo o entorno mais aproximado da ocupação
Fonte: Imagem de satélite do Google Earth alterado pelo autor - 2024.

Fechando na área que está localizada a ocupação (Figura 22 – destaque em amarelo), tem-se as seguintes observações: o imóvel fica na Avenida Visconde de Pelotas em frente à Praça Vidal de Negreiros, circundado por edificações históricas como o Paraíba Palace, Hotel e o Edifício Régis, sem esquecer uma ocupação do Prédio do IPASE, outro prédio histórico que também vai fazer parte do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Figura 22: Ocupação João Pedro Teixeira



Em destaque amarelo, e seu entorno imediato
Fonte: Imagem de satélite do Google Earth alterado pelo autor - 2024.

PREPARAÇÃO

Cansadas de esperar do governo o direito previsto por lei à moradia, dezenas de famílias começam a se reunir com frequência com o objetivo de reagir à omissão estatal através de uma ocupação urbana. As famílias são da comunidade do Citex, do bairro de Cruz das Armas, Bairro das Indústrias e Comunidade São Rafael.

As reuniões começam, geralmente, com a apresentação da pauta, sempre com um ponto de estudo, um ponto de finanças e um ponto de organização. O ponto de estudo é para criar consciência social e política, colocando de maneira direta questões sobre direito à moradia e demais demandas sociais constitucionais. No ponto de finanças é debatido a importância da auto sustentação e dos custos financeiros de implantar e manter uma ocupação. Por fim, no ponto de organização são discutidos pontos como divisão de tarefas, definição de regras de convivência, estabelecimento de comissões entre outras demandas organizativas.

Somente nas proximidades do dia da ocupação as famílias recebem a informação, vaga para não ter risco de vazamento, que em breve seria realizada a tão esperada “festa”(sinônimo de ocupação para os movimentos sociais). Agora eles estavam preparados para fazer valer “[...] a ideia do direito à cidade [...] **[que]** Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempo de desespero” (Harvey, 2014, p. 15, grifo nosso).

OCUPAÇÃO

O momento de ocupar o prédio foi emocionante, foi assustador, porque a gente não sabia o local. Quando a gente chegou e viu aquele prédio enorme e o pessoal tentando abrir com todo custo, foi aterrorizante, porque a qualquer momento a polícia poderia chegar e falhar, mas a gente conseguiu (moradora “E”, em entrevista, 2024).

Com o salto de consciência o povo toma força para agir, principalmente com a situação desesperadora da falta de moradia:

Não tinha onde morar, estava prestes a morar na rua e precisava de um espaço, e esse sistema de governo que está aí, capitalista, ele não nos dá a condição de ter uma moradia. Então tem muitos prédios ociosos aqui, sem função social nenhuma, e aí é bom ocupar para que a gente garanta nosso direito, é importante ocupar e dar uma função social a esses prédios abandonados, prédios públicos (morador “A”, em entrevista, 2024).

Na madrugada do dia 05 de abril de 2022 as 41 famílias reunidas e organizadas para fazer valer a função social do solo urbano, com a consciência social e política, com a experiência do MLB e, sobretudo, diante da pressão imposta pelo capitalismo tardio, ocupam o Edifício Nações Unidas, localizado na Praça Vidal de Negreiros, implantam e batizam a Ocupação João Pedro Teixeira em homenagem ao líder das lutas camponesas de Sapé morto devido sua força na briga pelos direitos do povo.

Logo após a instalação da ocupação, no amanhecer do dia 05 de abril de 2022, foi realizada a primeira assembleia e foram formadas as comissões de segurança, alimentação, limpeza e infraestrutura.

O edifício encontrava-se abandonado há anos, foi necessário retirar uma grande quantidade de entulho do seu interior, assim, as famílias com a orientação e organização do MLB devolve a vitalidade a esta importante e histórica edificação. A ocupação é administrada através da

autogestão, sendo assim os moradores se sentem importantes em participar e colaborar com uma luta tão justa.

Desde os primeiros minutos a ocupação sofre com a repressão estatal. Inicialmente com a Polícia Militar, posteriormente com a Prefeitura Municipal de João Pessoa solicitando a reintegração de posse e retirada das famílias. A incerteza no futuro fez com que algumas famílias desistissem da luta enquanto outras se somaram.

A possibilidade de sairmos da crise de uma maneira diferente depende muito do equilíbrio das forças de classe. Depende do grau que a massa da população se levanta e diz: "Já basta, vamos mudar o sistema" (Harvey, 2011, p. 18).

A ocupação é um ato revolucionário na luta de classes, ela em si transmite o sentimento de "direito à cidade", nela a consciência política e social é evoluída através da união da prática com a teoria.

Figura 23: Fachada sul



Fonte: O autor - 2024.

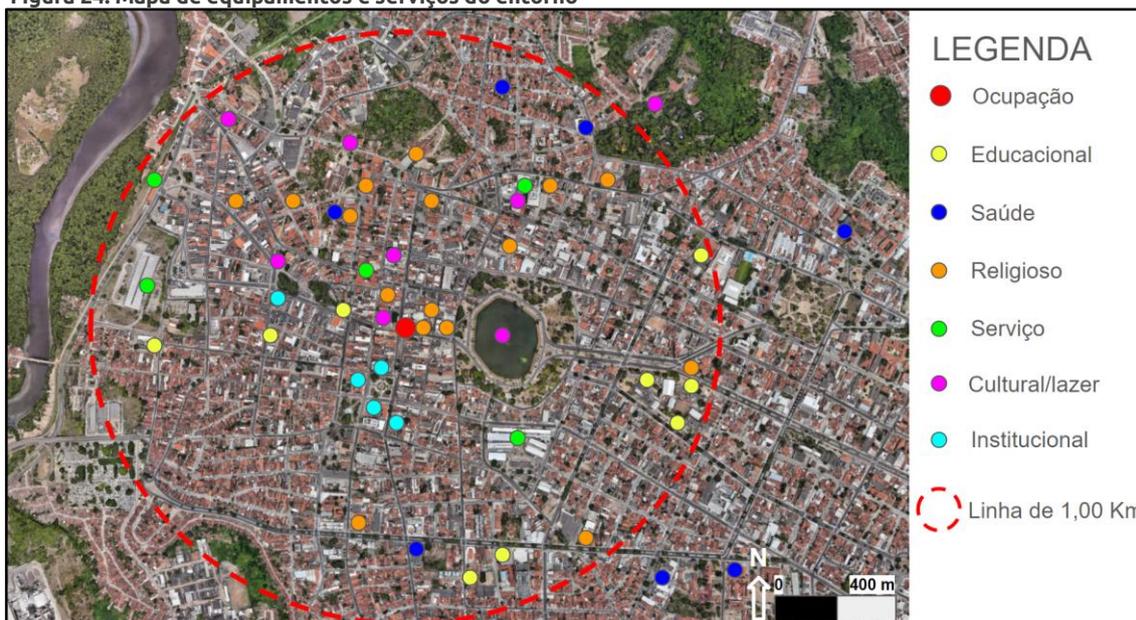
MORAR NO CENTRO

Sobre morar no centro, ressaltamos o seguinte relato: "É perto de tudo, é maravilhoso morar perto de tudo, porque aqui tem toda a variedade de ônibus, não é do melhor dos transportes, mas tem a variedade de ônibus, o que facilita muito" (moradora "E" em entrevista, 2024). 11,30 km separa o Bairro das Indústrias da Ocupação João Pedro Teixeira, uma distância que se torna mais "longa" devido ao transporte público precário e o trânsito cada vez mais individualizado e congestionado da capital paraibana. Uma moradora que mora com dois filhos, que tem a Comunidade do Citex como origem, faz a comparação da oferta de serviços com o centro:

Aqui [**centro de João Pessoa**] é melhor, tem tudo perto. Escola, tudo, para onde for tem tudo perto. E lá tinha que pegar ônibus para poder vir, ou talvez vinha até de pé (moradora “D” em entrevista, grifo nosso).

O mapa apresentado na Figura 24, com circunferência em vermelho de raio 1,00 Km, mostra que a ocupação é atendida por diversos serviços. A diferença é imensurável em relação aos seus lugares de origem.

Figura 24: Mapa de equipamentos e serviços do entorno



Fonte: Imagem de satélite do Google Earth alterado pelo autor - 2024.

A ocupação, como se pode ver na figura acima, além da moradia digna traz o verdadeiro “direito à cidade”, com o acesso a serviços e equipamentos públicos nas áreas de saúde, educação e cultura. Destaca-se que a Ocupação João Pedro Teixeira fica em frente à Praça Vidal de Negreiros, conhecida tradicionalmente também por “Ponto de Cem Réis”.

O Jardim Botânico, conhecido como Bica, fica a aproximadamente 1,00 Km da Ocupação João Pedro Teixeira. Também está dentro da circunferência importantes marcos da cidade, como a Casa da Pólvora, Mosteiro de São Bento, Basílica de Nossa Senhoras das Neves, entre outros.

Ainda com vista na Figura 24, os pontos em laranja são unidades religiosas. Mesmo com uma formação materialista oferecida pelo MLB, a cultura religiosa continua forte no íntimo das pessoas. Nesse caso uma moradora fala o que mudou quanto a sua condição após a ocupação:

Ah, muitas coisas, né? Muitas coisas, porque hoje em dia eu posso até dar uma condiçõzinha assim melhor para os meus filhos, né? Porque quando eu vivia do aluguel eu não podia não, até a alimentação era ruim. Hoje, **dou graças a Deus**, primeiro as pessoas que me apoiaram, **primeiro a Deus, né?** E as pessoas que me apoiaram aqui. Hoje eu posso dormir e acordar tranquila, né? (moradora “D”, em entrevista, 2024, grifo nosso).

A superestrutura mostra sua força ideológica no imaginário da população, ao esperar pelo “milagre de Deus” o povo trabalhador, entorpecido ideologicamente, perde o foco do seu maior inimigo que é o sistema capitalista de produção.

Quanto à educação, a região é servida pelo Lyceu Paraibano, Escola de Ensino Fundamental e Médio Antônio Pessoa, Instituto Paraibano de Educação e Escola de Ensino Fundamental e Médio Professora Olivina Olívia. Também existem diversas unidades de saúde no raio de 1,00 Km da ocupação.

Um destaque é a quantidade de praças públicas nas proximidades da ocupação. Nas entrevistas os moradores citaram com frequência as praças do entorno. Para iniciar tem-se a Praça Vidal de Negreiros, que fica na frente da ocupação como mostra a Figura 25, também foram lembradas, principalmente o Parque da Lagoa, mas também a praça Barão do Rio Branco.

Figura 25: Praça Vidal de Negreiros



Vista a partir do terceiro pavimento da ocupação
Fonte: O autor - 2024.

INCLUSÃO NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

A negociação caminhava para uma solução convencional, ou seja, de remanejar os moradores do centro para a periferia da cidade, no caso seria um habitacional no Bairro do Alto do Mateus.

Com o trabalho de interlocução junto com atores institucionais a nível federal, aproveitando uma visita da Missão Nacional do Fórum Nacional de Reforma Urbana, em agosto de 2023, Figuras 26 a e b, foi viabilizada uma solução que veio a ser parte da portaria 1482/23.

Figuras 26a e 26b: Visita da Missão Nacional do FNRU na Ocupação João Pedro Teixeira



Fonte: O autor

Com a luta incansável das famílias e do MLB o prédio onde está instalada a ocupação foi submetido ao programa Minha Casa, Minha Vida. O projeto deve atender o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), na modalidade Retrofit, que objetiva recuperar prédios históricos que foram abandonados. O FAR determina uma área mínima de 39,00 m² de área mínima construída e os fundos são do Governo Federal (PORTARIA 724, 2023).

I - elaborar ou contratar a elaboração do projeto de empreendimento habitacional, observados os limites de valores da unidade habitacional fixados nesta Portaria, e em conformidade com o disposto em ato normativo específico de especificações urbanísticas, de projeto e de obra (Portaria 724, artigo 11, 2023).

SITUAÇÃO ATUAL

No final da elaboração do TCC de referência, as famílias e o MLB foram “surpreendidos” com a proposta de projeto apresentada pela PMJP (Figura 27), que não contempla os anseios dos moradores ao propor apenas unidades do tipo quitinete, sem levar em consideração, por exemplo, as diversas composições e tamanho familiares da Ocupação. Neste estudo foram identificados outros problemas com a PMJP como a não apresentação prévia do projeto arquitetônico, preocupação com a qualidade do projeto e cronograma de execução.

Figura 27: Maquete eletrônica



Fonte: SEMHAB/PMJP.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa articulou para ceder o imóvel de maneira genérica, sem deixar expresso em lei que as famílias da Ocupação João Pedro Teixeira seriam contempladas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Mais uma vez o MLB mobilizou as famílias e se encaminharam para a Câmara Municipal, Figura 28, para fazer a luta política e exigir que colocassem no projeto de lei que o edifício é para a habitação das pessoas que o ocupam atualmente.

Figura 28: MLB na Câmara Municipal de vereadores de João Pessoa



Moradores da Ocupação João Pedro Teixeira em atividade na Câmara
Fonte: Acervo MLB-PB.

Figura 29: Mesa de negociação



Reunião com a Secretária de Habitação do Município Socorro Gadelha
Fonte: Acervo MLB-PB.

A ocupação é um fenômeno complexo e dinâmico, muitas vezes os moradores e coordenadores do movimento são levados “à reboque” dos acontecimentos. Apesar de manter um relacionamento próximo com a Prefeitura, Figura 29, é notório que a própria autoridade municipal também sofre pressão das construtoras e especuladores imobiliários, por isso o clima de tensão é constante até os moradores receberem, definitivamente, a escritura do imóvel. Até a vitória final ainda faltam muitas etapas que extrapolam o prazo de entrega deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a exposição dos dados sobre o déficit habitacional, comparados à quantidade de moradias vazias, fica claro que o capitalismo no Brasil tem prejudicado as políticas públicas destinadas ao atendimento de toda a população nos direitos mais básicos. Como mencionado anteriormente, as contradições do capitalismo são de ordem material, e não moral, pois a concorrência exige a extração máxima de lucro, gerando acumulação do capital, cada vez menos pessoas com patrimônio incalculável enquanto cada vez mais pessoas que não têm um teto para abrigar a família. Por isso a ideologia, como uma das principais forma de superestrutura, age de todas as maneiras para deixar essa população “alienada”, usando propaganda midiática, as religiões neopentecostais e os novos influenciadores “coachs”, que insistem em mostrar uma vida de luxo e abundância que só existe nas redes sociais, e individualizar problemas que são de ordem coletiva.

A partir de Corrêa (1989) e observando o nosso objeto de estudo e os agentes modeladores do espaço urbano, fica muito claro que a sociedade está, de fato, dividida em duas classes com interesses antagônicos. Para a realidade de João Pessoa observamos a presença do capital financeiro, imobiliário e expansão turística como principais agentes da classe burguesa e o MLB como agente da classe social excluída. O BID atende interesses do imperialismo estadunidense, trazendo sérios riscos à soberania local e à cidade, disfarçado de financiamento da “renovação urbana”.

O positivismo urbanístico, visível no meio academicista a partir da visão que as providências estão sendo tomadas e que as legislações “garantem” os direitos, é um risco para os movimentos sociais ao desengajar a sociedade quanto às pautas sociais.

Enquanto a moradia e a própria cidade forem tratadas unicamente como mercadoria, a contradição irreconciliável entre valor de uso e valor de troca será materializada através das crises urbanas e suas facetas, como déficit habitacional, gentrificação, cidade espriada, segregação e auto segregação espacial entre outras. Portanto, apenas com um novo modo de ver o mundo, um modo mais justo e menos desigual, onde o valor de uso sobressaia sobre o valor de troca, onde prevaleça a cooperação e não a concorrência, a coletividade e não a individualidade, possivelmente com a implantação de uma sociedade socialista pode-se ir na raiz do problema social da habitação, que não é a falta de moradia.

“O direito à cidade é um significante vazio, tudo depende de quem vai conferir significado [...] a própria definição de “direito” é objeto de luta” (Harvey, 2014, p. 20). O debate atual é sobre reforma urbana, porém, mais que reforma é urgente uma “revolução urbana”.

O cidadão **[arquiteto/pesquisador]** e o camarada podem marchar juntos na luta anticapitalista, [...] que é construir coletivamente a cidade socialista sobre as ruínas da urbanização capitalista destrutiva. [...] Reivindicar e organizar as cidades para as lutas anticapitalistas é um grande ponto de partida (Harvey, 2014, p. 271-272, grifo nosso).

Por fim, ressalta-se que este artigo tem como intuito a participação em um importante encontro acadêmico, porém, mais que isso, seu caráter principal é o debate político.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro Fiori. **O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades**. <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43485> - em 02/12/2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?**. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional de 2016-2019**. em https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Dados-Deficit-Habitacional-2016-2019.xlsx em 23/04/2024.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo. Editora Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

<https://averdade.org.br/2023/08/ibge-brasil-tem-18-milhoes-de-imoveis-vazios/> em 13/11/2023.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2021.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Edipro, 2015.

MLB, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. **Cadernos de formação política: as propostas do MLB para a reforma urbana**. Recife, 2019.

<https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/a-sobrevivencia-do-mais-rico/>
em 24/11/2023.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

SAWAIA, Bader Burihan. **Pesquisa ação participante**: a práxis científica com vocação política. Enfoque, V. 17, n.3, p.60, 1989.

SILVA, OLIVEIRA E ATAÍDES. **Pesquisa-ação**: princípios e fundamentos. Revista Prisma. V. 2. Rio de Janeiro, 2021.